

Clipping *CARF*

Matérias de jornais, sites e blogs que mencionam o CARF

Valor Econômico

CPI do BNDES age contra Pimentel

Valor Econômico - 09/10/2015

Bruno Peres e Raquel Ulhôa | De Brasília

A CPI do BNDES determinou a quebra de sigilos da agência Pepper Comunicação Integrada, responsável pelo marketing digital do PT e a campanha de reeleição da presidente Dilma Rousseff em redes sociais, e da OPR Consultoria Imobiliária. As duas são investigadas pela Polícia Federal (PF) na Operação Acrônimo, relacionada a irregularidades na campanha eleitoral do ex-ministro do Desenvolvimento Fernando Pimentel (PT) ao governo de Minas Gerais.

A CPI também requisitou informações sobre conta bancária no Morgan Stanley, na Suíça, atribuída à Pepper, para recebimento de recursos da Queiroz Galvão. Os governistas tiveram que assentir com a oposição para evitar que fossem convocados Wagner Freitas, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e membro do conselho de administração do BNDES, e Benedito Rodrigues De Oliveira Neto, o Bené, aliado de Pimentel e também alvo da PF.

A motivação da CPI é a suspeita de investigadores de que a esposa de Pimentel seja sócia oculta da Pepper. Também foram apontados contratos do banco com a agência que, por sua vez, repassaria dinheiro para a Oli Comunicação e Imagem, da mulher de Pimentel.

O PSDB pediu cópia do contrato firmado pela empresa com o BNDES e quebra de sigilos bancário e fiscal dos sócios administradores da empresa. O partido também pediu a quebra dos sigilos da OPR Consultoria Imobiliária. A PF indicou que a empresa recebeu recursos do Sindicato da Indústria Mineral de Minas Gerais (Sindiextra), sendo Pimentel o destinatário final.

A CPI do BNDES também ouvirá semana que vem o ex-ministro do Desenvolvimento Miguel Jorge e Taiguara Rodrigues dos Santos, sobrinho da primeira esposa do ex-presidente Lula. Os dois estão relacionados a suspeitas que envolvem diretamente o ex-presidente, que teria atuado em favor da Odebrecht em negociação de um investimento na Namíbia

Em outro sinal negativo para o governo, a CPI do BNDES contará em breve com a

consultoria do ex-secretário Nacional de Justiça Romeu Tuma Júnior, um inimigo ferrenho do PT.

No Senado, o governo evitou convocações do ex-presidente, de seu filho Luís Cláudio Lula da Silva e dos ex-ministros Gilberto Carvalho e Erenice Guerra pela CPI que investiga corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A motivação era a suspeita de compra pelo setor automotivo de uma medida provisória editada em 2009.

O Estado de S.Paulo

PF faz nova busca de documentos na Operação Zelotes

O Estado de S. Paulo - 09/10/2015

A Polícia Federal deflagrou ontem uma nova etapa da Operação Zelotes, que investiga esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Foram cumpridos sete mandados de busca e apreensão, cinco deles em Brasília e dois no Rio de Janeiro.

As ações, segundo a PF, são fruto da primeira análise do material apreendido na deflagração da Zelotes, em 26 de março.

Nos documentos apreendidos naquela ocasião foram identificados indícios que apontam para a participação de outro conselheiro do Carf, além de escritórios de advocacia ligados a ele.

"Durante os quase sete meses de investigação ficou comprovado que conselheiros e funcionários desse órgão (Carf) defendiam interesses privados, em detrimento da União", afirma a PF em nota.

Os pedidos para as diligências deflagradas ontem haviam sido negados pelo juiz Ricardo Augusto Soares Leite, da louvara federal de Brasília. O Ministério Público Federal recorreu ao Tribunal Regional Federal da 1.^a Região e conseguiu reverter a decisão.

CPI do Carf rejeita pedido para convocação de Lula

O Estado de S. Paulo - 09/10/2015

Pedido de convocação foi feito com base em suspeitas que envolvem empresas investigadas pela comissão do Senado

A CPI no Senado que investiga esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) rejeitou ontem requerimentos de convocação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do filho dele, o empresário Luis Cláudio Lula da Silva, e dos ex-ministros Gilberto Carvalho e Erenice Guerra.

Os pedidos foram feitos pelo presidente da CPI, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), após o Estado revelar que empresas alvos da CPI estão sob investigação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal por suspeitas de envolvimento em esquema de compra da Medida Provisória 471, editada pelo governo Lula em 2009 e que determinava a prorrogação de incentivos fiscais a montadoras de veículos de 2011 até 2015. Um dos argumentos usados pelos senadores da base governista foi que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso também não foi convocado para explicar a suspeita de compra de votos pela reeleição.

A votação foi feita em bloco e não um a um e os pedidos foram rejeitados por unanimidade. Votaram contra os senadores Humberto Costa (PT-PE), José Pimentel (PT-CE), Simone Tebet (PMDB-MS), Otto Alencar (PSD-BA), Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) e Donizeti Nogueira (PT-TO).

"Tivemos sempre um cuidado muito forte de nunca trazer um presidente da República para processos de CPI. Nós nunca entramos com nenhuma CPI sobre a compra de votos", argumentou o senador José Pimentel (PT-CE).

O senador Donizeti Nogueira também saiu em defesa do ex-presidente Lula. Segundo ele, "o homem mais sério desse País". "Querem incriminar o homem mais sério que deu a maior contribuição para o País só porque querem tirá-lo do próximo jogo. Eu fico pensando que é um momento de reflexão, de se indignar com as injustiças que estão sendo praticadas e partir para o combate", disse Nogueira.

O presidente da CPI rebateu: "É dever de um senador fiscalizar a coisa pública. Eu não me sinto culpado em nenhum momento de ter elaborado esses requerimentos. Eu gostaria que esses fatos fossem elucidados, que o Gilberto Carvalho nos explicasse se a MP foi feita à luz do dia."

CPI do BNDES. A CPI do BNDES também aprovou ontem a quebra dos sigilos bancário de empresas investigadas na Operação Acrônimo da Polícia Federal. Os deputados da comissão também aprovaram a convocação de Miguel Jorge, ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do governo Lula.

O Globo

PF deflagra nova fase da Operação Zelotes

O Globo - 09/10/2015

BRASÍLIA - A Polícia Federal cumpriu ontem sete mandados de busca e apreensão em Brasília e no Rio de Janeiro para coletar novos documentos em mais uma etapa da Operação Zelotes, que investiga denúncias de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Ligado ao Ministério da Fazenda, o Carf é o tribunal onde são julgados recursos de contribuintes multados pela Receita.

Segundo nota da Receita Federal, as investigações "têm revelado a participação de novas pessoas envolvidas no esquema ilícito de manipulação de julgamento de processos administrativos fiscais" no Carf. A apuração apontou a "manipulação de decisões, mediante a atuação coordenada de agentes públicos e privados, com a finalidade de reduzir ou extinguir débitos tributários com o, conseqüente, prejuízo para a Administração Pública".

PREJUÍZO DE AO MENOS R\$ 5,7 BILHÕES Segundo a PF, as ações são fruto da primeira análise do material apreendido quando a Operação Zelotes foi deflagrada, em março. Em nota, a PF afirmou que os documentos apontaram indícios de participação em crimes de mais um conselheiro do Carf, cujo nome não foi revelado, além de escritórios de advocacia.

A Receita e a PF não divulgaram os nomes dos alvos das operações porque o processo tramita em segredo de Justiça.

A superintendência da PF no Distrito Federal vem apurando os crimes de advocacia administrativa fazendária, tráfico de influência, corrupção ativa e passiva, associação criminosa e lavagem de dinheiro envolvendo processos administrativos no Carf.

Segundo a PF, conselheiros e funcionários do Conselho defendiam interesses privados e, com base no uso de informações privilegiadas, realizavam captação de clientes por meio de "escritórios de assessoria, consultoria ou advocacia", que ofereciam "serviços e facilidades" em julgamentos. As fraudes apuradas junto ao Carf já somam prejuízos de, ao menos, R\$ 5,7 bilhões aos cofres públicos.

Folha de S.Paulo

Zelotes investiga advogados em Brasília e RJ

Folha de S. Paulo - 09/10/2015

POLÍCIA FEDERAL INICIA TERCEIRA ETAPA DE OPERAÇÃO CONTRA ESQUEMA DE COMPRA DE SENTENÇAS EM RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Suspeita é que três quadrilhas operavam em órgão da Receita e teriam causado prejuízo de até R\$ 6 bilhões

GABRIEL MASCARENHAS / RUBENS VALENTE

Escritórios de advocacia e empresas suspeitas de esquema de fraude na Receita foram o alvo da terceira etapa da Operação Zelotes, na manhã desta quinta-feira (8).

A Polícia Fiscal cumpriu sete mandados de busca e apreensão, sendo cinco em Brasília e dois no Rio de Janeiro. Ninguém foi preso.

Segundo a PF, a ação mirou pessoas e empresas vinculadas a um ex-integrante do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), que é um órgão vinculado ao Ministério da Fazenda responsável por julgar recursos de multas aplicadas pela Receita Federal.

Os investigadores da Operação Zelotes dizem que havia um esquema pelo qual escritórios de advocacia intermediavam a compra de sentenças para beneficiar empresas multadas.

No Rio, policiais estiveram no escritório de advocacia e na residência de Valmir Sandri, conselheiro do colegiado entre 1998 e abril deste ano. Ele é suspeito de participar do esquema de pagamento de propinas a membros do conselho, em troca de interferência nas sentenças.

O advogado de Sandri, Pedro Ivo, afirmou que seu cliente se colocou à disposição das autoridades e que a busca ocorrida nesta quinta foi absolutamente desnecessária. "A atuação de Valmir Sandri no Carf é totalmente isenta de qualquer suspeita, e ele está tranquilo de que isso ficará demonstrado ao longo da investigação."

R\$ 19 BILHÕES

A primeira etapa da Zelotes foi deflagrada em março, após investigações de fraude em processos que somam R\$ 19 bilhões. Segundo a Polícia Federal, esse é um dos maiores casos de sonegação fiscal já descobertos.

Suspeita-se que três quadrilhas operavam dentro do órgão e teriam causado um prejuízo estimado em R\$ 6 bilhões.

Em troca de suborno, conselheiros votavam em favor da redução e, em alguns casos, do perdão das multas das empresas que os corrompiam.

O Carf é um tribunal administrativo formado por representantes da Fazenda e dos contribuintes (empresas).

Geralmente, quem recorre ao colegiado são empresas autuadas por escolher determinada estratégia tributária que, segundo a fiscalização, estava em desacordo com a legislação.

Em nota, o Ministério da Fazenda afirmou que a Zelotes identificou "irregularidades que consistiram na manipulação de decisões, mediante a atuação coordenada de agentes públicos e privados, com a finalidade de reduzir ou extinguir débitos tributários [...]".

Além da PF e do Ministério Público, a Receita Federal e o Ministério da Fazenda participaram da investigação.

Na fase desta quinta-feira, os mandados judiciais foram expedidos pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, já que o juiz da 10ª Vara da Justiça Federal de Brasília havia negado o pedido do Ministério Público Federal para realizar a ação.

Diante do veto, o MPF recorreu ao tribunal, que autorizou as medidas.

Correio Braziliense

Zelotes tem nova fase

Correio Braziliense - 09/10/2015

EDUARDO MILITÃO

A Polícia Federal deflagrou ontem a 3ª fase da Operação Zelotes, que investiga compra de decisões no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que julga decisões da Receita Federal sobre cobranças e multas. Hoje, delegados e agentes cumpriram sete mandados de busca e apreensão, sendo cinco em Brasília e dois no Rio de Janeiro, relacionados a um novo conselheiro do Carf. Ele é suspeito de participar do esquema.

Ao todo, os investigadores da Zelotes apuram suspeita de corrupção em decisões envolvendo R\$ 19 bilhões em impostos. Desse valor, o prejuízo estimado aos cofres públicos é de, pelo menos, R\$ 5,7 bilhões.

As ações em Brasília aconteceram em pelo menos dois edifícios comerciais do Plano Piloto. Todas as buscas têm relação com esse conselheiro e com pessoas ligadas a ele. Os mandados foram expedidos pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Os mandados atingiram escritórios de advocacia e residências. "As ações de hoje são fruto da primeira análise do material apreendido na operação, em 26 de março de 2015", afirmou a PF em comunicado. "Ficou comprovado que conselheiros e funcionários do órgão defendiam interesses privados, em detrimento da União", diz nota divulgada pela PF.

Irregularidades

Os crimes investigados pela PF e pelo Ministério Público são advocacia administrativa, fazendária, tráfico de influência, corrupção ativa e passiva, associação criminosa e lavagem de dinheiro. De acordo com as investigações, os suspeitos, "valendo-se de informações privilegiadas, realizavam captação de clientes por meio de escritórios de assessoria, consultoria ou advocacia, que ofereciam serviços e facilidades em julgamentos do **Carf**", diz a nota da Polícia Federal.

Jornal de Uberaba On Line - MG

Advogado de empresária apresenta documentos de compra e venda de imóveis

09/10/2015

Sabrina Alves

Polícia Federal e Ministério Público investigam suposta compra de medida provisória durante o governo Lula. A investigação foi destacada pelo jornal O Estado de São Paulo e, entre o esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**), estariam envolvidas empresas de lobby. Entre essas, o escritório Marcondes & Mautoni e SGR Consultoria, que teriam negociado pagamentos que ultrapassaram os R\$ 36 milhões, com a empresa MMC, representante da marca Mistubishi, e ainda com o Grupo CAO, responsável pela fabricação de veículos da Hyundai.

Transações financeiras entre a empresa Marcondes & Mautoni apontaram o pagamento de mais de R\$ 5,9 milhões à esposa do pecuarista uberabense Jonas Barcellos, a empresária uberabense Paula Abreu Barcellos. A matéria publicada pelo jornal Estadão, que foi também capa do JORNAL DE UBERABA, citou que a justificativa seria a venda de um imóvel pertencente à empresária.

Documentos apresentados à reportagem do JU pelo advogado de Paula, Gilberto Martins Vasconcelos, mostram que, em 2008, ela teria comprado dois imóveis da construtora JHSF Incorporações LTDA. Os apartamentos foram adquiridos, cada um, por pouco mais de R\$ 2,14 milhões e, em 2011, vendidos para a empresa citada no esquema, por R\$ 5,9 milhões, mesmo valor citado.

Na época, a empresária adquiriu os imóveis ainda na planta e, por decorrência da valorização de mercado e com a entrega dos apartamentos, fechou a negociação no valor mencionado.

A transação, de acordo com o advogado, foi feita dentro da lei e contou, inclusive, com o intermédio da empresa Max Uhle Consultoria e Empreendimentos Imobiliários, que, por conta da prestação de serviço, recebeu cerca de R\$ 396 mil, pela comissão do negócio feito.

Gilberto explicou que os documentos são públicos e comprovam a veracidade dos fatos apresentados, sendo que a empresária não tem envolvimento nenhum com o caso.

Entenda o caso - No dia 3 de outubro, o jornal O Estado de São Paulo publicou uma matéria sobre suposta compra de uma medida provisória no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O inquérito sobre o caso é um desdobramento da Operação Zelotes, que apura o esquema de corrupção do **Carf**.

A estratégia da investigação feita pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal seria rastrear os pagamentos dos escritórios citados. A intenção, segundo a reportagem do jornal paulistano, era conseguir a edição de um ato normativo que prorrogasse incentivos fiscais do setor por cinco anos, o que foi feito por meio da MP 471. Ainda conforme descreveu a matéria, os documentos apontam pagamentos de 2009 a 2015 às empresas.

O nome de Paula Barcelos foi citado pelo jornal pelo pagamento de R\$ 5,9 milhões, entre dezembro de 2011 e maio de 2012. Conforme o texto, o escritório que comprou o imóvel da empresária declarou que a "escritura está de posse da Polícia Federal, que poderá confirmar a veracidade da informação".